

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO WASHINGTON LUIS ALVES SOUSA DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH

Pregão nº 02/2019

VISAN SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.563.037/0001-81, com sede no SAAN Quadra 01, Lote 860, Parte A, Subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.632-300, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da r. decisão que classificou e habilitou a proposta apresentada pela empresa GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

I – SÍNTESE DA PRETENSÃO

Trata-se de Recurso Administrativo cujo objetivo é reformar a decisão que considerou a GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA como classificada e habilitada no certame, pois sua proposta NÃO está em consonância com as regras edilícias, em especial os custos discriminados nas planilhas, os quais estão de forma contrária à IN 05 e as cotações dos benefícios devidos aos colaboradores envolvidos na prestação de serviços objeto do certame, como, por exemplo, a questão atinente ao plano de saúde consoante passa a expor.

II – RESUMO DOS FATOS

O MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH está promovendo licitação na modalidade de pregão, menor preço global, para contratar empresa especializada na prestação de serviços continuados para o exercício da função de motorista executivo, conforme item 1.1 do Edital, cuja redação é a seguinte:

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a prestação de serviços continuados para o exercício da função de motorista-executivo (CBO-7823-05), para atendimento das unidades administrativas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, localizadas em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após o regular processamento do procedimento licitatório, a Recorrida apresentou o menor preço, sendo classificada e habilitada após a apresentação de sua planilha e respectivos documentos.

Ocorre, todavia, que ao se analisar a planilha apresentada pela Suposta Licitante Vencedora com a devida atenção, nota-se claramente a necessidade de sua desclassificação. Isso porque ela deixou de cotar itens obrigatórios por força do que dispõe o Edital do Certame (plano de saúde dos colaboradores envolvidos na execução dos serviços), bem como cotou itens de forma equivocada e contrária ao determinado no Edital (Auxílio Alimentação), consoante se demonstrará a seguir.

III – NO MÉRITO: DA NECESSIDADE DE PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO

Basta compulsar a planilha de preços apresentada pela GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA para notar o seguinte: (i) a Recorrida não cota o plano de saúde dos funcionários; (ii) a planilha de custos apresentada não está de acordo com a IN 05 do MPOG.

Ora, as falhas acima não podem ser toleradas pela Administração Pública, daí porque o presente recurso deve ser provido para desclassificar a proposta apresentada pela Recorrida.

A) Do Auxílio Saúde

O custo com auxílio saúde dos funcionários envolvidos na prestação de serviços DEVE OBRIGATORIAMENTE ser cotado pelas licitantes. Isso porque tais benefícios estão expressamente previstos na Convenção Coletiva firmada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF (Sindicato Patronal) e o SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF (Sindicato Laboral).

E, no caso concreto, o Edital é expresso ao afirmar que se exigirá o cumprimento da Convenção Coletiva (CCT) do aludido SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF. A propósito, confira-se:

7.4.3.2. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n.º 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a seguinte convenção coletiva de

trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.

7.4.3.2.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2018 do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF-SEAC-SITTRATER/DF.

E, no caso concreto, a citada CCT é expressa ao determinar a obrigatoriedade de as empresas repassarem um valor mensalmente ao sindicato a título de auxílio saúde. Trata-se da cláusula décima quinta, cuja redação é a seguinte:

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais), unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador. (...)

Veja, então, que a Recorrida, assim como todas as demais empresas que participaram do certame, tem a obrigação de arcar com um custo, a título de plano de saúde para os funcionários, de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais) mensais e, no caso concreto, a Suposta Licitante Vencedora não cotou tal custo, daí a necessidade de sua desclassificação.

Repita-se. O instrumento convocatório deixou clara a obrigatoriedade de cumprimento ao disposto na CCT do SITTRATER/DF, em especial, a cotação do plano de saúde, logo havendo a omissão de tal rubrica, a desclassificação da Recorrida é medida que se impõe, conforme destaca a jurisprudência pátria, in textu:

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - VALOR REFERENTE À VERBA DE VALE TRANSPORTE PARA O POSTO DE RECEPCIONISTA - NÃO CUMPRIMENTO DO EDITAL - PLANILHA DE CUSTO - VALORES APRESENTADOS QUE NÃO ATENDEM OS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O SERVIÇO LICITADO - DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. "O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório." (STJ - REsp 595.079/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 15/12/2009) (TJ-PR 9339984 PR 933998-4 (Acórdão), Relator: Wellington Emanuel C de Moura, Data de Julgamento: 27/11/2012, 4ª Câmara Cível em Composição Integral)

E ainda:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. PROPOSTA. DESCONFORMIDADE COM O EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO. 1- A LICITAÇÃO PÚBLICA DESTINA-SE A GARANTIR A OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E A SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, NOS CONTRATOS A SEREM CELEBRADOS COM A MESMA. 2- NOS TERMOS DO ART. 48, I, DA LEI 8.666/93, A PROPOSTA QUE NÃO GUARDAR CONFORMIDADE COM O EDITAL DEVERÁ SER DESCLASSIFICADA. 3- HIPÓTESE EM QUE O ERRO NA COTAÇÃO DE QUANTIDADE REFERIDA NO EDITAL DEU A CAUSA À DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE. 4. AGRAVO IMPROVIDO. (TRF-5 - AGTR: 42037 RN 2002.05.00.008607-0, Relator: Desembargador Federal Edilson Nobre (Substituto), Data de Julgamento: 03/09/2001, Quarta Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 09/10/2002 - Página: 1131)

E pior: no caso em tela, independente da obrigação editalícia, o auxílio saúde é um direito do trabalhador, cujo custo para a empresa é de R\$ 149,00, devidamente previsto na CCT da categoria, logo há fundado receio de a Suposta Licitante Vencedora não adimplir todas as verbas devidas aos seus empregados, ocasionando graves prejuízos sociais aos trabalhadores e ao próprio Erário.

Nesse sentido, não é demais lembrar que a jurisprudência é mansa e pacífica no sentido de ser obrigatória entre as licitantes a previsão de cumprimento de todos os direitos garantidos aos trabalhadores pela legislação ordinária e pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. A propósito, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PREGÃO - POSTOS DE TRABALHO - FORMAÇÃO DO CUSTO - JORNADA DE 12X36 - LEGALIDADE. 1. OS EDITAIS DE LICITAÇÃO DEVEM, NA FORMAÇÃO DOS CUSTOS, OBSERVAR TODAS AS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR, SENDO CERTO QUE OS CERTAMES, CUJO OBJETO TOQUE RELAÇÃO LABORAL REGIDA PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, DEVEM PAUTAR A COMPOSIÇÃO DO CUSTO DO SERVIÇO COM A OBSERVÂNCIA TAMBÉM DAS CONVENÇÕES COLETIVAS. 2. A jornada de 12x36 pode ser usada na formação do custo do posto de trabalho, desde que haja previsão em norma coletiva para a sua implantação. Recurso ordinário em mandado de segurança improvido (STJ - ROMS 28396, Órgão Julgador: Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJE DATA:09/06/2009 - Grifos Nossos) .

No mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. NÃO-ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO. LEGITIMIDADE. 1. "O princípio da vinculação ao edital, previsto no artigo 41, caput da Lei 8.666/93, impede que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados." (MS 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal SELENE MARIA DE ALMEIDA, Terceira Seção, DJ de 10/11/2004, p.03). 2. Não se tratando de exigências ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade (INCLUSÃO NA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS DOS ENCARGOS SOCIAIS E DOS DIREITOS TRABALHISTAS PREVISTOS NAS LEIS E NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DAS CATEGORIAS DE PROFISSIONAIS DAS EMPRESAS CONCORRENTES), inexistente direito subjetivo líquido e certo do licitante à não-observância delas. 3. Agravo de instrumento a que se nega provimento (TRF da 1ª Região - AGI 200601000169062, Sexta Turma, Rel. JUIZ FEDERAL LEÃO APARECIDO ALVES, DJ DATA:30/10/2006 - Grifos Nossos).

Eminente Autoridade Administrativa, no caso em tela, manter a habilitação da Recorrida, data venia, é violar os

princípios da ampla competitividade e da isonomia, pois permitirá que a Suposta Licitante Vencedora se beneficie de uma omissão em sua planilha!!!!

Veja que todas as demais licitantes, atentas às determinações editalícias, certamente elaboraram seus orçamentos, balizando seus lances, partindo da premissa de que haveria um custo de R\$ 149,00 por mês, referente ao Auxílio Saúde, por colaborador utilizado na prestação de serviços.

Ocorre que a GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA assim não o fez, ensejando uma violação aos princípios da competitividade, isonomia e vinculação ao Edital, daí o motivo da necessidade de ela ser desclassificada do certame.

B) Da violação à Instrução Normativa 05 do MPOG

De início, importante destacar que o Edital, logo no seu preâmbulo, deixa expresso que se aplica no presente certame a Instrução Normativa SEGES/MO nº 05, de 26 de maio de 2017, ou seja, aplica-se no caso em tela a IN 05 do MPOG. Com efeito, interessante transcrever o aludido preâmbulo, in textu:

Torna-se público que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, sediado no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, 10º andar, Torre A, CEP 70308-200, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP n.º 5, de 26 de maio de 2017 e n.º 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Pois bem. Inexistindo dúvidas acerca da aplicação da IN 05 no presente certame, tem-se que a proposta tida como vencedora descumpriu tal Instrução Normativa, o que lhe ensejou uma injusta vantagem em relação aos demais competidores, visto que sua planilha e, consequentemente sua proposta, não representa seu real custo com a prestação de serviços objeto da licitação.

A violação aos princípios da isonomia e da ampla competitividade é evidente!!!

Veja, eminente Autoridade, na planilha de preços apresentada pela Recorrida, em especial em seu módulo 2, os percentuais previstos nos submódulos 2.1 e 2.2 são estabelecidos de forma simples, ou seja, não há a incidência do módulo 2.2 sobre o módulo 2.1.

Tal prática, por óbvio, reduz consideravelmente o preço apresentado pela Recorrida, contudo viola, de forma frontal, o que estabelece a citada Instrução Normativa 05 do MPOG.

Ora, basta compulsar a IN 05 para notar que o modelo de Módulo 02 ali constante é idêntico ao modelo utilizado pelo Edital e, por consequência, deveria ser replicado pela Suposta Licitante Vencedora em sua proposta.

Acontece que na citada Instrução Normativa, ao final do subitem 2.2, há uma nota (nota 03), a qual expressamente prevê a obrigatoriedade da incidência do módulo 2.2 sobre o módulo 2.1. Nesse diapasão, importante transcrever a aludida nota:

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Patente, portanto, que a IN 05, como parte integrante do Edital, obriga todos os participantes do certame a incidirem o módulo 2.2. sobre o módulo 2.1, o que não foi realizado pela Recorrida e, por tal razão, ela deve ser desclassificada!

Nesse sentido, inclusive, é o mais moderno e abalizado entendimento jurisprudencial, in verbis:

DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. DESCLASSIFICAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL. 1. O edital vincula todos os licitantes, de modo que o preenchimento de todas as condições é obrigatório. 2. No caso de apresentação de proposta diferenciada quanto à produtividade, somente é possível a demonstração da exequibilidade, nos termos da Instrução Normativa 002/2008 - SLTI/MPO, se o instrumento convocatório permitir. 3. Recurso desprovido. (TJ-DF 07080549220178070018 DF 0708054-92.2017.8.07.0018, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 09/02/2018, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/02/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada. – Grifos Nossos)

A forma como a GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA apresentou sua planilha está equivocada e lhe concede uma grande vantagem em relação aos demais competidores do certame, pois diminui consideravelmente o valor de sua proposta.

Evidente que tal procedimento não pode ser tolerado por esse colendo Ministério!!! O descumprimento do Edital e da IN 05 está trazendo ilícita e imoral vantagem para a Recorrida, uma vez que o valor de seu lance não representa, no caso concreto, o real custo de sua prestação de serviços.

Corroborando a argumentação supra está a mais moderna e abalizada jurisprudência, consoante se verifica da simples leitura da ementa abaixo, in verbis:

MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2010 - DESCLASSIFICAÇÃO DO AGRAVANTE - PROPOSTA APRESENTADA SEM A INDICAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE - DESCUMPRIMENTO DO EDITAL - "CONTER IDENTIFICAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS APRESENTADAS,

INCLUSIVE NA ETAPA DE LANCES VERBAIS DO PREGÃO, QUE SERÁ DE, NO MÍNIMO, 60 (SESENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO" (ITEM 10.2.9) INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

1. Não restando preenchido um dos itens do edital descabe a permanência do agravante no certame licitatório, sob pena de violação dos princípios da isonomia, legalidade e impessoalidade administrativa.
2. Aceitar que seja suprida a apresentação de determinado requisito é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (TJ-PR - AI: 6889003 PR 0688900-3, Relator: Luís Carlos Xavier, Data de Julgamento: 01/02/2011, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 579 – Grifos Nossos)

Destarte, tem-se evidente que a planilha apresentada pela Recorrida possui graves e insanáveis vícios e, por tal razão, o presente Recurso Administrativo merece provimento para, reformando-se a r. decisão recorrida, a GSI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA seja desclassificada do certame.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o conhecimento e, no mérito, o provimento do presente recurso para, reformando-se a r. decisão que habilitou/classificou a Recorrida, a considere como desclassificada do certame, e por consequência, dar continuidade ao Pregão, convocando a próxima licitante.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Brasília/DF; 26 de agosto de 2019.

VISAN SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI

Fechar